

Mulheres e jornalistas: o olhar dos pesquisadores no Brasil**Women and journalists: the look of researchers in Brazil**

Recebimento dos originais: 17/03/2019

Aceitação para publicação: 05/04/2019

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer

Doutora em Teoria e Ensino da Comunicação

Instituição: Universidade Federal de Goiás

Endereço: Rua Jacarandá, bloco I, Campus Samambaia, Goiania, Goiás.

E-mail:anacarolina.temer@gmail.com

Marli dos Santos

Doutora em Comunicação

Instituição: Faculdade Casper Líbero

Endereço: Av. Paulista, 900. Bela Vista, São Paulo, SP

E-mail:msantos@casperlibero.edu.br

RESUMO

Este trabalho documenta a presença de pesquisas em comunicação sobre as mulheres jornalistas, no período de 2001 a 2016, em programas de pós-graduação no Brasil. As dissertações e teses foram coletadas por meio de busca sistematizada no banco de teses e dissertações da Capes. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que envolve a temática da feminização do jornalismo e ainda que indiretamente, questões relativas a gênero, visibilidade e preconceito. Desta forma, o inventário destaca o perfil dessa produção, tendo em vista autoria, tipo de trabalho, temática, instituições, entre outros aspectos. A pesquisa foi realizada em duas etapas, na primeira houve categorização e quantificação dos dados, por meio de análise de conteúdo, na segunda, uma análise qualitativa dos resumos das teses e dissertações. Concluímos que a produção científica sobre mulheres também reflete uma ausência ou até uma omissão dos estudos na pós-graduação em comunicação sobre a mulher jornalista e questões de gênero que perpassam a atividade profissional na amostra estudada. Isso pode representar senão uma conivência, pelo menos uma negação ou complacência com a continuidade de uma invisibilidade que, na direção contrária de mudanças sociais e culturais consideráveis, ainda se infiltra nas relações sociais.

Palavras chave: Gênero; Visibilidade, Preconceito; Feminização do Jornalismo, Análise de Conteúdo.

ABSTRACT

This paper documents the presence of communication research on women journalists, from 2001 to 2016, in postgraduate programs in Brazil. The dissertations and theses were collected through systematized search in the thesis and dissertations bank of Capes. It is, therefore, a research that involves the theme of the feminization of journalism and, indirectly, issues related to gender, visibility and prejudice. In this way, the inventory highlights the profile of this production, in view of authorship, type of work, thematic, institutions, among other aspects. The research was carried out in two stages, in the first there was categorization and quantification of the data, through content analysis, in the

second, a qualitative analysis of the abstracts of theses and dissertations. We conclude that the scientific production on women also reflects an absence or even an omission of postgraduate studies in communication about women journalists and gender issues that surpass the professional activity in the sample studied. This may represent nothing but a connivance, at least a denial or complacency with the continuity of an invisibility which, in the opposite direction of considerable social and cultural change, still infiltrates social relations.

Keywords: Gender; Visibility, Prejudice; Feminization of Journalism, Content Analysis.

1 INTRODUÇÃO

Ao invocarmos a palavra jornalista, remetemos tanto a uma atividade profissional que parece passar incólume a questão de gênero, seja pela natureza da profissão, e pelo o histórico da atividade, que emerge como prática essencial durante a revolução burguesa, no século XVIII, período em que o jornalismo ficou conhecido como idealista, em busca da liberdade, igualdade e fraternidade, seja como atividade que se pretende estar na vanguarda das relações sociais, e, portanto, afastada dos preconceitos e visões estereotipadas das relações de gênero. Acrescente-se que as jornalistas jamais se manifestaram sobre o tema, passando a ideia de que não têm motivos para isso. No entanto, a invisibilidade que cerca essa questão encobre as desigualdades que afetam as relações de gênero e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres jornalistas.

Mesmo um breve olhar exploratório mostra que a presença da mulher no jornalismo tem crescido em grande velocidade, e que as jovens jornalistas que hoje emergem dos cursos de comunicação e/ou jornalismo, onde se apresentam em posição majoritária, estão *ocupando* as redações. No entanto, a presença majoritária das mulheres na profissão não significa um empoderamento das jornalistas (LEITE, 2015).

É importante observar que há um efeito perverso nas profissões em que mulheres são a maioria. Pelo menos é o que aponta a pesquisa de Levanon, England e Allison (2009), a qual conclui que os salários diminuem quando as mulheres ocupam a maioria dos postos em uma determinada profissão; o inverso também é verdadeiro. O salário é comparativamente mais atraente em profissões majoritariamente ocupadas por homens. A explicação é que a atividade profissional ocupada mais por mulheres é percebida como menos importante para a empresa, talvez pela imagem da mulher estar associada a atividades no ambiente doméstico, menos valorizado também.

Rocha (2007) se dedicou em identificar a relação entre trabalho e família das jornalistas e encontrou três perfis de profissionais, comparando as mulheres que trabalham na capital e interior (Ribeirão Preto) do Estado de São Paulo. Os resultados apontam que, de

acordo com a experiência profissional e idade, as jornalistas mudaram suas relações com a família e a profissão. Essas mudanças estão em sintonia com as principais mudanças históricas, sociais e culturais da sociedade. De acordo com a autora, as jornalistas do tipo 1, mais experientes, priorizam a família; as do tipo 2, mais jovem, priorizam a profissão, mas tentam equilibrar com as atividades domésticas; por fim, as jornalistas inovadoras do tipo 3, que optam por não ter família e por atuar em áreas mais diferenciadas do jornalismo (inteligência artificial, meio ambiente), inclusive por engajamento político e tecnológico.

Mesmo repetindo um discurso de igualdade e defesa da cidadania e dos direitos iguais para todos, o jornalismo – e os jornalistas –, tendem a repetir nas redações os preconceitos e condições presentes na sociedade. No caso da emergência das profissionais de jornalismo, isso significa que é negado a elas condições de tempo para trabalhos investigativos; a ascensão profissional é mais dificultada; que são mais suscetíveis a sofrer discriminações e serem vítimas de assédio, tanto nas redações quanto fora delas; e se inserem prioritariamente em setores com menos valorizadas da profissão.

Na prática, isso significa que a atividade do profissional do jornalismo é segmentada e estratificada segundo diferenças de gênero quanto à remuneração, à jornada de trabalho, às funções e aos veículos de comunicação. Esse elemento, aliás, é reforçado pelos números: a pesquisa sobre o perfil dos jornalistas brasileiros, feita por Mick e Lima (2013), pela Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com a FENAJ, aponta que as mulheres jornalistas são maioria somente no grupo dos que ganham até cinco salários mínimos: 65,5% se encaixam nessa faixa salarial. Quando os dados envolvem os profissionais que ganham mais de cinco salários há uma inversão de posição: as mulheres correspondem a 31,9%. Essa relação se amplia na mesma medida em que as remunerações sobem: os homens correspondem a 51,8% dos profissionais de jornalismo que recebem mais de dez mínimos e 64,4% dos que têm vencimentos de mais de 20 salários mínimos¹. A questão se torna ainda mais grave quando consideramos que o percentual de mulheres com curso superior é muito maior que o de homens na carreira de jornalismo: o percentual de jornalistas com curso superior nas redações é de 73,16%, enquanto entre os homens este número despencava para 53,91%. Na prática, isso demonstra que as mulheres estudam mais e ganham menos ou igual aos homens.

¹Evidentemente essa questão não afeta apenas o jornalismo “indicadores no Brasil mostram que a igualdade entre homens e mulheres ainda está longe de ser alcançada” (PISCITELLI 2009) p. 122).

A gravidade do pouco debate sobre essa questão é ainda maior quando pensamos o jornalismo como uma atividade necessariamente distante dos preconceitos, sempre na vanguarda dos movimentos sociais e cujo caráter impulsiona a defesa de todas as injustiças sociais. No entanto, particularmente no caso brasileiro, as angústias nas redações se voltaram para questões aparentemente mais prementes – ou, na visão dos seus profissionais, mais graves – como a violência urbana e questões ligadas a corrupção, evitando que o tema fosse enfrentado com seriedade nas redações.

Essa percepção se espelhou nas pesquisas sobre jornalismo no Brasil, que, pressionada pelas relações de poder que envolvem o jornalismo em um nível tanto político quanto empresarial, tem colocado em um plano menor – ou abordado de forma secundária – a questão da mulher jornalista ou mesmo as abordagens que o jornalismo faz sobre as mulheres e alguns evidentes ou discretos preconceitos que estas abordagens carregam. Em pesquisa realizada em 2016, pelo Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (SJPDF), denominada "Desigualdade de Gênero no Jornalismo" (SINDICATO..., 2017) com a participação de 535 mulheres jornalistas, quase 78% disseram ter sofrido assédio moral dentro das redações, envolvendo a chefia e os colegas de profissão, e mais que isso, 78,5%, disseram que vivenciaram situações de preconceito. Do ponto de vista do exercício profissionais, duas coisas chamaram a atenção: a primeira é que mais de 70% sofreram foram excluídas de certas pautas consideradas mais masculinas, sendo também desvalorizadas, 61,5%, com salários menores, quando ocupam determinados cargos quando comparadas com homens.

Neste sentido, a proposta deste texto é fazer um painel que aponte o olhar dos estudos acadêmicos sobre presença feminina no jornalismo, considerando os aspectos particulares que define essa situação no Brasil, país no qual as relações de poder e dominação de gênero não superaram por completo a influência do modelo colonial, escravocrata e patriarcal. Mas é também uma proposta para pensar/repensar o jornalismo, a partir das suas possibilidades de mudanças e adaptação, dos compromissos com suas bases éticas, com a democracia e com a cidadania, além de abrir espaço para considerações sobre o mercado de trabalho, o *status* e visibilidade da profissão.

Em termos conceituais, a pesquisa teve como base uma análise das relações entre jornalismo e gênero, na perspectiva das mulheres, em um debate que inclui a feminização da profissão, mas também ou, sobretudo, a percepção das questões relativas as relações de

gênero, na representação e a visibilidade dada a este tema pelos pesquisadores acadêmicos que se dispõem a teorizar e refletir sobre essas relações.

A pesquisa foi realizada em duas etapas, a primeira um mapeamento no banco de teses e dissertações da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A segunda, uma análise qualitativa dos resumos dos trabalhos, para verificar o foco das pesquisas realizadas sobre mulheres jornalistas. Foi utilizada como técnica de pesquisa a análise de conteúdo em um total de 20 trabalhos apurados. O detalhamento dos procedimentos metodológicos estão explicitados em tópico específico neste artigo.

Enquanto artigo entende-se que será impossível esgotar o tema, mas a proposta é, antes de tudo, fazer um mapa – um estudo da arte – sobre as abordagens de dissertações e teses dadas a este tema, destacando de forma indireta, sua pouca presença nos estudos de jornalismo.

2 O JORNALISMO E OS JORNALISTAS

O jornalismo tem suas raízes ligadas a dois aspectos da modernidade: o processo de urbanização, que se inicia no século XIII e se consolida no século XVI, (MARQUES DE MELO, 2012), e no desenvolvimento de técnicas e tecnologias, em particular tecnologias de impressão, que possibilitaram a divulgação em larga escala de informações. A somatória destes dois aspectos toma uma forma específica no século XIX, quando o jornalismo torna-se uma atividade empresarial de larga escala – o que envolve grandes investimentos em tecnologia e a formação de profissionais especializados para sua realização.

Os jornalistas, é claro, precedem a esse processo de profissionalização, mas antes se constituíam em grupos sem direitos ou qualidades claramente definidas, compostos principalmente por indivíduos que buscavam ingressar em outras carreiras, principalmente para a política, a jurisprudência e a literatura (TRAQUINA, 2004).

A profissionalização da atividade, no entanto, sempre foi resultado de controvérsia, que passam inclusive por interpretações equivocadas de que a garantia da formação profissional representa uma ameaça à liberdade de imprensa² que, no conjunto, serviram principalmente para o rebaixamento dos salários dos profissionais que ingressavam na

² A disputa judicial mais recente sobre o tema começou em 2001, quando a 16ª Vara Federal de São Paulo concedeu liminar (decisão provisória) que suspendeu a obrigatoriedade do diploma para a obtenção de registro profissional; e foi concluída em 17 de junho de 2009, o STF declarou inconstitucional a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão, seguindo o mesmo argumento defendido em 2001, o da defesa da liberdade de expressão e liberdade de exercício profissional. Em resposta a esta decisão, foi apresentada, ainda em 2009, a PEC 386/09, que objetiva restabelecer a necessidade de curso superior específico para atuar na profissão, mas ainda não foi a plenária na Câmara dos Deputados.

profissão. Não por acaso, esse período também é marcado pela chegada em grande escala das jornalistas com formação superior nas redações.

Essa relação envolve questões históricas: o jornalismo contemporâneo é quase sempre também um negócio, uma empresa voltada para o lucro³, atuando como um dos principais meios de legitimação e divulgação de ideologias e valores nas sociedades modernas. Mas o jornalismo é também um modelo sistematizado de divulgação de informações de interesse público, uma forma de atender a necessidade de uma sociedade na qual o gigantismo e a complexidade das relações sociais, políticas e econômicas exige uma persistente, constante, condescendente e cada vez ampla por informações.

Nessa relação, o jornalismo é um lugar fundamental para dar visibilidade às questões que tencionam a sociedade, constituindo-se ele mesmo um espaço de poder – quarto poder? – no qual os jornalistas são agentes, atores sociais mais também empregados (operários) limitados pelas intenções de empresas em empresários conscientes do potencial da atividade e dispostos a agir e usar o jornalismo na defesa dos seus interesses. No entanto, é sempre necessário lembrar que a relação do jornalismo com a sociedade – ou com seu público potencial - não pode ser restringido a essa relação: o jornalismo, um espaço midiático cuja definição básica está no compromisso de narrar à realidade (ou a verdade dos fatos), atua como construtor da realidade, mas sua eficiência é delimitada pela capacidade de conquistar e manter o seu público, oferecendo a eles um *cardápio* de informações que, sendo também sedutoras (esteticamente trabalhadas) atenda às necessidades objetivas e subjetivas de informações essenciais para sua manutenção individual e coletiva nesta sociedade.

Para atender a essa relação em si mesma complexa, quando não contraditória, as dificuldades para definir o jornalismo enquanto profissão (elemento que deve até mesmo anteceder o critérios para a formatação da formação profissional) permanecem. Para Ortega e Humanes a profissão de jornalismo se distingue de um ofício porque possui:

Um saber sistemático e especializado, transmitido por uma instituição acadêmica, geralmente a universidade; (2) um alto grau de autonomia no exercício da atividade profissional; (3) uma organização interna da profissão, sobretudo através de um código ético; (4) uma cultura própria interiorizada no processo de socialização; (5) a oferta de um único e essencial serviço à sociedade; (6) prestígio social e legal reconhecido. (2000, p. 135)

³ Essa relação é tão forte que mesmo os veículos ligados ao Estado, tende a seguir o exemplo das grandes empresas de mídia, tanto na forma de organização, quanto na produção de conteúdos jornalísticos.

Giddens (1991) define a profissão de jornalista a partir de sua inclusão em um *sistema perito* ou *sistema especialista/especializado*, ou seja, um sistema no qual as atividades cujas características e definem a partir da autonomia em relação àqueles que consomem seus serviços, que por sua vez é fundamentada na crença da competência especializada daqueles que desenvolvem estas atividades e fazem parte destes sistemas. A somatória destes dois elementos confere um *status* distinto e generalizado perante aos grupos de que o profissional pertence (neste caso, outros jornalistas) mas também perante a sociedade. “Desta forma, o jornalismo enquanto sistema perito se autolegitima na “...crença na correta seleção das notícias, diante do estoque de “fatos” disponíveis,” (MIGUEL, 1999, p. 200, grifos do autor), ou seja, porque os consumidores de notícias reconhecem e confiam nos jornalistas como especialistas na investigação, seleção e divulgação de tudo que verdadeiramente é importante.

Ressalta-se ainda que a crença no *sistema perito* é também sustentada na experiência cotidiana, no próprio funcionamento do sistema⁴ (MIGUEL, 1999, p. 200); mas no jornalismo, uma vez que a essa crença se sustenta também porque os jornalistas conhecem e reafirmam midiaticamente sua importância (para manutenção da ordem, da democracia, para vigilância social e divulgação de tudo que é importante). Cria-se assim um truísmo: o jornalismo é importante porque o jornalismo (que sabe tudo que é importante) assim o diz. Ou ainda, o caráter midiático do jornalismo permite que ele seja também seu próprio legitimador.

No entanto, essa relação, aparentemente vantajosa, não beneficia os jornalistas. Embora a sua função primária seja a narrativa dos fatos/acometimento, são também forçados a dar sentido à incessante sucessão de acontecimentos, em um processo que inclui um contínuo julgamento da suas responsabilidade passo prévio para o reconhecimento social que eles mesmos elevaram a um padrão inalcançável (o saber de tudo que é importante). Uma vez que uma profissão se define por seus limites, os jornalistas se inserem em um paradoxo: são mais que uma profissão, e sendo mais são também menos que as outras profissões, pois não chegam a definir seus próprios limites. Como consequência³

Os jornalistas dão mais do que se exige a uma profissão, confundindo vida e trabalho, pois o jornalista o é em todo momento: sua personalidade gira permanentemente em torno do

⁴ Exemplificando: um médico é um bom médico porque consegue resultados (curas, melhoras) que outros indivíduos (que não são profissionais de medicina) não alcançam.

que faz, e isto que faz não tem limites, nem temporais nem espaciais”⁵ (ORTEGA e HUMANES, 2012, p. 169, livre tradução da autora).

Nesse sentido, as relações de gênero, bem como os preconceitos que permeiam essa relação, não têm espaço (contraditoriamente) em uma atividade que não oferece condições para a autorreflexão. Assim, o jornalismo e os jornalistas, por si mesmos transformadores das relações sociais, pouco debatem as percepções da realidade que afeta o seu trabalho. Portanto, compreender até que ponto essas mudanças impactam as atividades profissionais das jornalistas e o próprio jornalismo torna-se, ao nosso ver, essencial à sociedade e à pesquisa. E é justamente em busca de indicativos sobre a temática proposta que nos debruçamos neste artigo, em busca de delinear os interesses dos pesquisadores sobre a relação jornalismo, jornalistas, mulheres jornalistas e jornalistas no feminino.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para mapear a presença de pesquisas em pós-graduação na área da comunicação sobre mulheres jornalistas, elegeu-se como base de dados do objeto empírico os trabalhos disponíveis no Banco de Teses e dissertações da Capes. A escolha dessa base de dados se deu em virtude de sua representatividade na produção científica brasileira. Foram utilizadas como palavra-chave “gênero, mulher, mulher jornalista, feminino, jornalismo”, sendo que o período analisado foi de 2000 em diante. Os resultados da busca apresentaram 2426 trabalhos, entre teses e dissertações. O procedimento seguinte incluiu a leitura dos dados do trabalho na base de dados e a seleção dos trabalhos tendo como referência principal os títulos dos trabalhos. As dúvidas foram sanadas com a leitura dos resumos, na plataforma ou nas páginas dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, para confirmar o critério de escolha, ou seja, trabalhos focados em mulheres jornalistas. Há centenas de trabalhos sobre o conteúdo/discurso de produtos jornalísticos em relação a gênero, e especificamente mulheres, porém, na triagem realizada observamos apenas 20 trabalhos que efetivamente apresentavam o foco estabelecido para esta pesquisa. Após a seleção dos trabalhos, eles foram categorizados em ano, tipo de trabalho, autoria, incidência da produção por instituição, Perfil da instituição de origem e título. Também foram compilados todos os resumos em tabela, para a análise qualitativa.

⁵No original: *...el periodista lo es en todo momento: su personalidad gira permanentemente en torno a lo que hace, y esto que hace no tiene límites, ni temporales ni espaciales.*

Adotou-se como técnica a Análise de conteúdo (BARDIN, 2010), nas perspectivas quanti e qualitativa. Foi construída uma tabela geral de mapeamento, para visualizar os dados, posteriormente gráficos para cada categoria. Em seguida, foi realizada uma análise descritiva dos dados e, como segunda etapa, uma análise qualitativa dos resumos, na qual se buscou aprofundar nas problemáticas trazidas nessa produção científica, foco deste artigo. A seguir, a Tabela 1 apresenta mapeamento das teses e dissertações sobre mulheres jornalistas:

Tabela 1 – Mapeamento de teses e dissertações sobre mulheres jornalistas

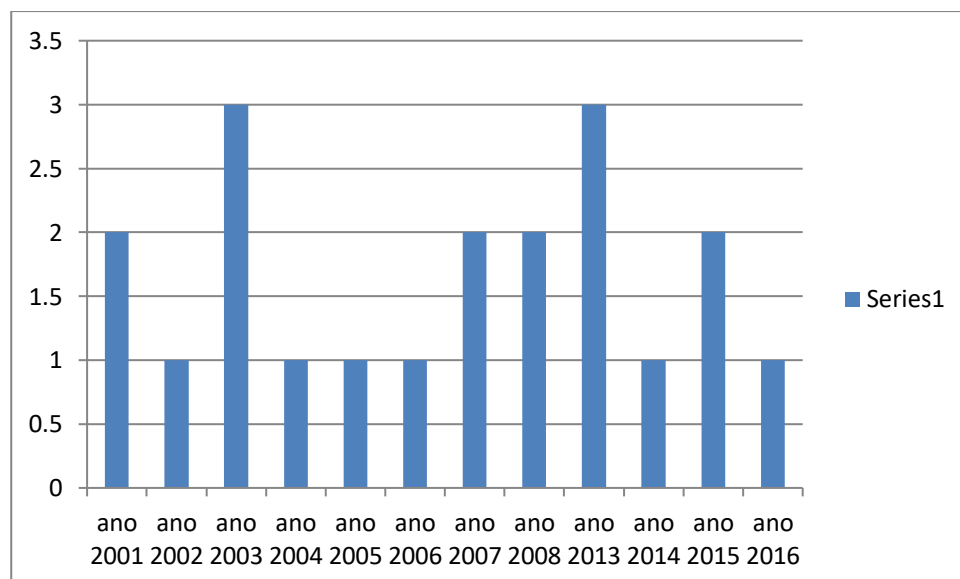
Ano	Título	Tipo	IES	Autora
2001	Repórteres pioneiras – resgate da trajetória de três jornalistas através da história oral	M	USP	Criado, Alex
2001	A dialogia escritural em Marina Colasanti	M	USP	Vidal, Marly Camargo de I
2002	Brasil mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista	M	UFRGS	Debértolis, Karen Silvia.
2003	Do jornal a poética de Maria Tereza Horta: o processo criativo de Maria Teresa Horta a luz da semiótica	M	PUC-SI	Lopes, Antoniella Devanier.
2003	Mulheres jornalistas	M	USP	Dias, Iara de Jesus
2003	Adélia Prado: a matriz jornalística	M	PUC-SI	Silveira, Dionisio Pedro da
2004	Imprensa feminista pos-1974'	M	USP	Cardoso, Elizabeth da Penl
2006	Mulheres jornalistas no telejornalismo: a cidadania das que constroem cidadania	M	USP	Matos, Carolina Leite Fran
2007	Revista A Violeta: um estudo de mídia impressa e gênero	M	UNIP	Freire, Otavio Bandeira de Lamonica
2007	Jornalismo em primeira pessoa: a construção de sentidos das narradoras da revista TPM	M	UFRGS	Silva, Patrícia Rocha da.
2008	A enunciação do cotidiano: estudo de textos de Clarice Lispector para o caderno b do jornal do brasil de	D	USP	Ferreira, Vilma Moreira

	1967 a 1973			
2008	Jornalismo cultural: a produção de Patrícia Galvão no jornal a tribuna	M	UMESI	Costa, Marcia Rodrigues d
2013	Gênero, poder e resistência: as mulheres nas indústrias culturais em 11 países'	D	UFPE	Veloso, Ana Maria da Conceição.
2013	O auge de Nellie Bly: uma jornalista estadunidense no final do século XIX	M	UFSC	Queiroz, Natalia Costa
2013	Descobertas de si e do mundo intimidade e poética do cotidiano na crônica de Clarice Lispector	M	UNB	Jatoba, Vivian Resende
2014	Guerra e narrativa: um estudo dos relatos jornalísticos de Martha Gellhorn.	M	UNB	David, Hadassa Ester.
2015	Marcas de gênero e performance: a construção do lugar para a mulher apresentadora no telejornalismo	M	UFBA	Portela, Maira dos Santos
2015	Jornalismo literário na internet: um estudo da coluna de Eliane Brum para o portal da revista Época	M	FCL	Feriani, Marcela.
2015	Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade	D	UFRGS	Silva, Marcia Veiga da
2016	Parresia e hermenêutica de profundidade nas trilhas de Hermes: raça e gênero em formas simbólicas sobre o jornalismo como profissão no Brasil.	D	UNB	Rosa, Isabel Cristina Clavelin da

Fonte : Elaborado pelas autoras, com base no Banco de dados da CAPES.

Na tabela acima verificamos que, no período analisado, a produção científica sobre mulheres jornalistas ocorre a partir dos anos 2000 até 2016. No Gráfico 1 a seguir observa-se a pouca produção em relação ao tema e uma lacuna considerável entre os anos 2008 a 2013, período em que não observamos trabalhos com o foco do nosso estudo. Observa-se também uma tendência de maior produção de 2001 a 2008, com 12 trabalhos, ou seja, mais de 50% da produção coletada. Contraditoriamente, estamos vivendo, nos últimos cinco anos, o que alguns chamam de Primavera do feminismo⁶.

Gráfico 1 – Frequência da produção



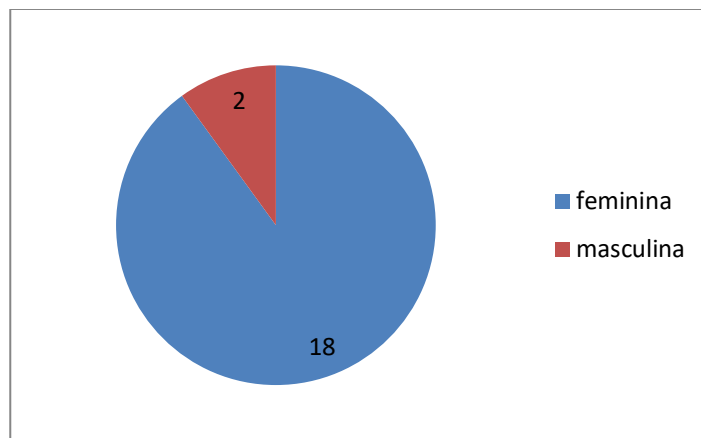
Fonte : Elaborado pelas autoras

⁶A Primavera Feminista no Brasil surge em 2015, quando ocorreram os protestos contra o projeto de lei 5069/2013, que dificultava o atendimento no serviço público de mulheres que sofressem violência sexual. Esses protestos ocorreram em várias cidades brasileiras e mobilizaram milhares de mulheres por meio das redes sociais, ganhando as ruas. Há várias referências à expressão “Primavera feminista” ou “Primavera das mulheres” em matérias jornalísticas publicadas em 2015 sobre essas manifestações. (BRITO, 2015).

Até 2016 foram realizados 20 trabalhos, conforme resultado da busca na base de dados da CAPES, sendo quatro doutorados, concentrados basicamente a partir de 2013, e 16 dissertações de mestrado ao longo do período. As mulheres são maioria autoras dos trabalhos (18).

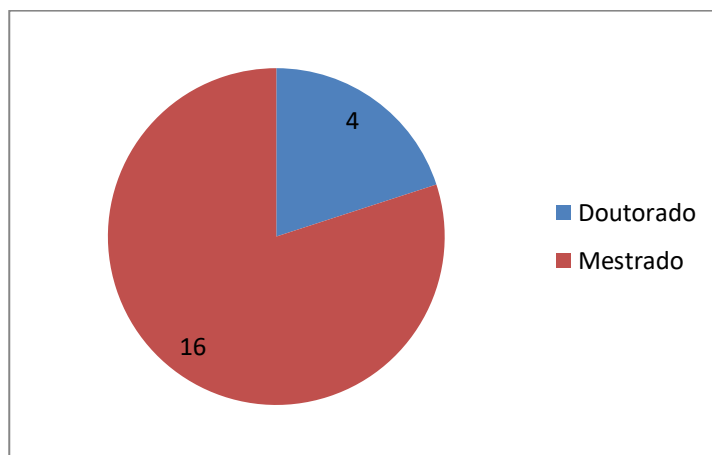
As instituições que abrigaram esses estudos são, na maioria, universidades públicas, federais e estaduais (15), sendo que 3 foram apresentados em institucionais confessionais (PUC-SP e UMESP) e dois em universidades privadas (UNIP e Cásper Líbero). Os dados são apresentados a seguir.

Gráfico 2 - Autoria



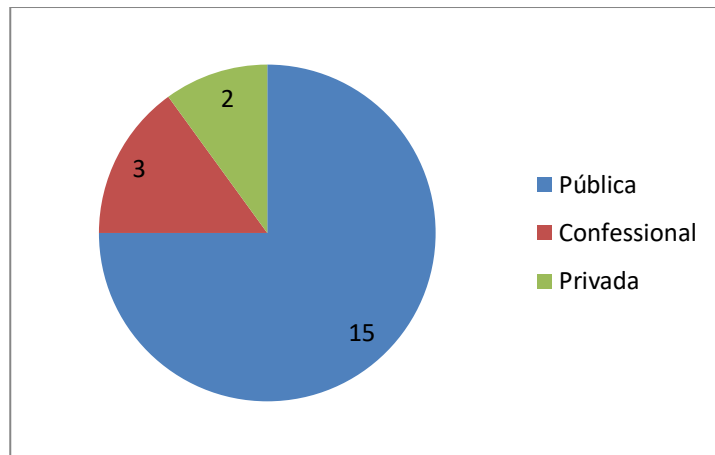
Fonte : Elaborado pelas autoras

Gráfico3 – Tipo de trabalho



Fonte : Elaborado pelas autoras

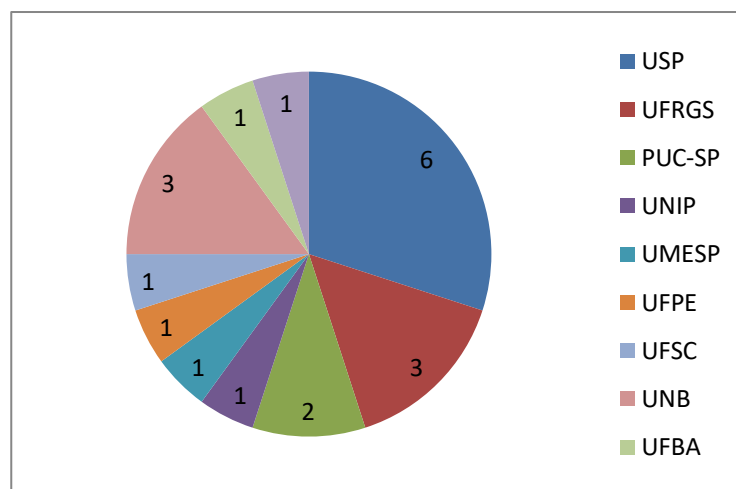
Gráfico 4 – Instituições de origem



Fonte : Elaborado pelas autoras

Evidencia-se também na Análise do material a presença esporádica de pesquisas em alguns programas, com maior incidência na USP e UFRGS. Há concentração dos estudos em universidades do Sudeste e Sul brasileiros, conforme mostra o gráfico em sequência.

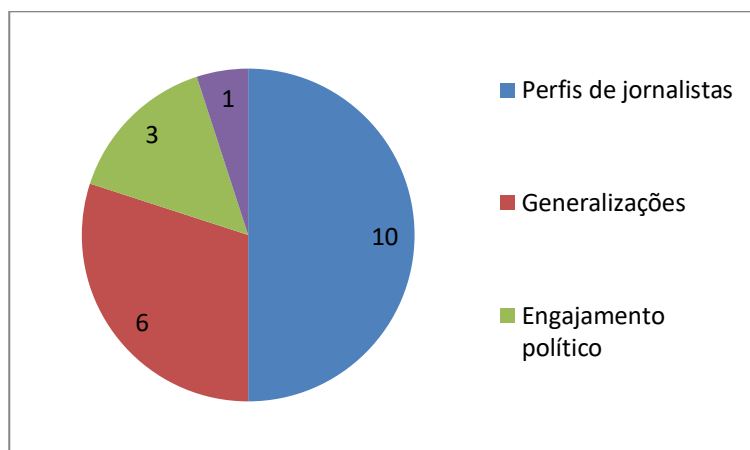
Gráfico 5 – Produção por IES



Fonte : Elaborado pelas autoras

Quanto aos temas, verifica-se que a maioria dos trabalhos, quase metade da produção científica sobre o assunto, aborda perfis individuais de jornalistas (10); 6 são trabalhos que buscam generalizações na atuação da mulher no jornalismo; 3 têm como foco o engajamento político. Apenas uma pesquisa trata da formação de jornalistas, em que a questão de gênero se torna foco, conforme gráfico 6.

Gráfico 6 – Temas das Teses e dissertações



Fonte: Elaborado pelas autoras.

4 PERFIS DE JORNALISTAS

O que mostra o gráfico anterior, sobre temas das teses e dissertações coletadas na base de dados pesquisada, identifica 4 grupos de trabalhos agrupados pelo foco adotado. Como já foi dito, a maioria das pesquisas é dedicada especificamente a uma única mulher jornalista, pela relação principalmente com a literatura, pelo ativismo político ou pioneirismo na profissão, entre elas estão: 1) A dialogia escritural em Marina Colasanti, 2) Brasil mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista; 3) Do jornal a poética de Maria Tereza Horta: o processo criativo de Maria Teresa Horta a luz da semiótica; 4) Adelia Prado: a matriz jornalística; 5) A enunciação do cotidiano: estudo de textos de Clarice Lispector para o caderno b do jornal do Brasil de 1967 a 1973; 6) Jornalismo cultural: a produção de Patrícia Galvão no jornal a tribuna; 7) O auge de Nellie Bly: uma jornalista estadunidense no final do século XIX; 8) Descobertas de si e do mundo intimidade e poética do cotidiano na crônica de Clarice Lispector; 9) Guerra e narrativa: um estudo dos relatos jornalísticos de Martha Gellhorn; 10) Jornalismo literário na internet: um estudo da coluna de Eliane Brum para o portal da revista época.

Analisados em conjunto os trabalhos nessa categoria apresentam as jornalistas a partir de suas características extra jornalísticas; são sete trabalhos, dois deles sobre Clarice Lispector, que dão relevância à vinculação e produção literária ou à criatividade como elemento presente na escritura dessas mulheres jornalistas. A associação à literatura mostra principalmente que a condição diferenciada na produção textual, especialmente, destaca mais essas mulheres pela aproximação com gêneros fora do jornalismo tradicional. De fato, a biografia das sete jornalistas estudadas destaca-se também pela produção literária ou pelo diálogo com a mesma, o que agregaria uma espécie de *status* que justifica sua situação como objeto de estudo. Desta forma, embora se trate de mulheres jornalistas, a jornalista em sua função definidora como produtora diária de informações não é o ponto central.

No outro caso, o da militância, destaca-se apenas um trabalho, “Brasil mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista”, que aborda a trajetória da jornalista que se confunde com a do próprio veículo no qual atua e a imprensa feminista. Dois trabalhos destacam jornalistas e seu pioneirismo na cobertura de guerra e nos primórdios da presença feminina nas redações, com ênfase às práticas profissionais.

5 GENERALIZAÇÕES

O segundo conjunto a ser analisado diz respeito aos painéis (generalizações). São eles: 1) Repórteres pioneiras – resgate da trajetória de três jornalistas através da história oral; 2) Mulheres jornalistas; 3) Jornalismo em primeira pessoa: a construção de sentidos das narradoras da revista TPM; 4) Mulheres jornalistas no telejornalismo: a cidadania das que constroem cidadania; 5) Marcas de gênero e performance: a construção do lugar para a mulher apresentadora no telejornalismo; e 6) Parresia e hermenêutica de profundidade nas trilhas de Hermes: raça e gênero em formas simbólicas sobre o jornalismo como profissão no Brasil.

O primeiro deles aborda o pioneirismo de algumas mulheres na reportagem, com foco em histórias de vida, em meados do século XX, quando a presença feminina nas redações ainda era inexpressiva; o segundo, ao contrário, abrange a presença maciça de mulheres dentro da profissão jornalística, é o mais amplo, mas se detém na hipótese das mulheres estarem buscando no jornalismo uma nova identidade. A escolha da pesquisadora, que sem dúvida é uma contribuição relevante, sutilmente se afasta das questões primárias do jornalismo e a das tensões diárias, condições e contradições que afetam as mulheres que se dedicam a produção de notícias.

O terceiro trabalho, sobre “Jornalismo em primeira pessoa...” discute a atuação das jornalistas da TPM como narradoras que expõem suas emoções e seus pontos de vista, buscando fugir do estereótipo da mulher retratada nas revistas, porém, no estudo se reconhece que essa fuga normatiza novos padrões de feminilidade, o que aproxima o foco do trabalho ao preconceito enfrentado pelas mulheres, mas não exatamente na problemática da mulher jornalista e do impacto do preconceito na sua atividade profissional. A pesquisa seguinte abrange as mulheres no telejornalismo e cidadania, se aproxima mais das condições das práticas profissionais, uma vez que investiga a qualidade de vida e de trabalho de mulheres jornalistas que atuam no telejornalismo. Ainda que o trabalho tenha como foco as histórias de vida de três jornalistas com mais de 20 anos de trabalho na área, desenvolve generalizações importantes, destacando igualmente a importância do jornalismo (no caso específico, do telejornalismo) para a democracia e a cidadania.

É também sobre mulheres e televisão a quinta pesquisa desse conjunto, com foco em cinco apresentadoras de programas, especialmente jornalísticas, e as suas performances. As contribuições trazidas observam que as profissionais pesquisadas mantêm marcas do patriarcalismo no seu desempenho como jornalista. Nessa direção, promove uma reflexão sobre a possibilidade de tensionar modelos naturalizados, a fim de que, com isso, seja possível identificar ou estimular emergências na construção do lugar para a mulher apresentadora na televisão brasileira. O último trabalho desse conjunto é mais amplo, não tem como objetivo apenas as mulheres jornalistas, mas também as inclui, discutindo questões de gênero e racismo na profissão, considerando os jornalistas (homens e mulheres) como “sujeitos enunciadores e sujeitos-discursivos”, produtores de formas simbólicas acerca do racismo, sexismo, relações raciais e de gênero. O trabalho se aproxima dos questionamentos sobre a inserção da mulher na produção jornalística, atravessada por relações de poder hegemônicas e de contradições que se expressam no imaginário de uma atividade ligada à defesa da cidadania e dos direitos para todos e de uma convivência na prática profissional que reproduz preconceitos e estereótipos presentes na sociedade.

6 ENGAJAMENTO POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A questão do engajamento político e/ou feminismo esta subtendida no conjunto dos trabalhos a seguir elencados: 1) Imprensa feminista pos-1974; 2) Revista A Violeta: um estudo de mídia impressa e gênero; 3) Gênero, poder e resistência: as mulheres nas indústrias culturais em 11 países. O estudo sobre a imprensa feminista discute especificamente os

desdobramentos do projeto do movimento feminista brasileiro na imprensa feminista do país, mostrando como as mulheres jornalistas engajadas com o tema se preocupam com as questões de classe e com as diferenças sociais de gênero. A pesquisa sobre a Revista A Violeta também se alinha às contribuições das jornalistas, redatoras e editoras da publicação, para a visibilidade e a ruptura com os valores dominantes machistas; valoriza-se a contribuição das profissionais com a causa feminista, pertinente ao movimento da imprensa feminista no Brasil, mas não aborda a questão da jornalista no exercício profissional.

Por fim, o último trabalho do conjunto “Engajamento político” é mais amplo, trata de uma pesquisa com 15 emissoras de TV e 19 jornais em 11 países, apresentando um diagnóstico sobre as condições da atuação das mulheres jornalistas nesses veículos, que estão em minoria nos cargos de chefia e ainda sofrem preconceitos e discriminação. De outro lado mostra o impacto das estratégias da Rede Mulher e Mídia (RMM) em políticas de comunicação no Brasil. O trabalho tem o mérito de abranger vários países, apontar um cenário mundial ainda preocupante, e revelar a contribuição da RMM para alguns avanços em políticas públicas e no letramento midiático e inclusão tecnológica. Os três trabalhos variam do questionamento sobre a contribuição das profissionais para a emancipação feminina às condições profissionais desiguais presentes nas redações.

Por fim, o último trabalho, uma tese que se enquadra em outra classificação, pois foca na formação de jornalistas, e como os valores hegemônicos da sociedade, seus preconceitos e binarismos, que enquadram os sujeitos e os excluem, perpassam a formação dos futuros profissionais e acabam impregnando os “saberes da profissão”. A sua reprodução nas redações é também consequência da ausência de uma formação menos positivista e conservadora. O estudo não faz um recorte especificamente na questão da mulher jornalista, mas explora um aspecto crucial para a formação profissional, que é a naturalização de processos sociais desiguais.

7 DESCONSTRUINDO A BANALIZAÇÃO DA SUBALTERNIDADE DA MULHER NO JORNALISMO

Ao chegar às considerações finais sobre o trabalho, as pesquisadoras destacam que na amostragem estudada certamente não se encontra a totalidade dos trabalhos sobre o tema desenvolvidos no Brasil. A opção pela base de dados da Capes, considerada a mais completa, mostrou que vários programas de pós-graduação estão ausentes, o que supõe a possibilidade de ausência de outros trabalhos sobre essa questão que poderiam contribuir

para um painel mais amplo. Considerado este aspecto, é necessário acrescentar que o processo de construção da vida social envolve o estabelecimento de relações, olhares, percepções, não apenas entre os indivíduos e a natureza, mas também entre os indivíduos entre si. Essas relações, uma vez que se estabeleçam como ideologicamente dominantes, que criam e recriam uma estrutura social fundamentada em relações de poder, tendem a ser reproduzidas em diferentes aspectos da vida social, como, no caso específico enfocado nesta análise, nos espaços de trabalho e na academia. Nesse sentido, os resultados obtidos neste sentido podem indicar uma tendência da falta de percepção da problemática sobre mulheres jornalista e relações de gênero em pesquisas na pós-graduação em comunicação no Brasil. Uma vez estabelecida uma relação de poder, ela se manifesta pelo aniquilamento do outro, tanto no aspecto físico, quanto no moral. Neste sentido, a relação de poder entre homens e mulheres se manifesta de forma clara no Brasil Imperial quando, tendo como pretexto o adultério, o assassinato de mulheres era legítimo. Mesmo nos anos 1970, portanto décadas depois da mulher marcar presença no mercado do trabalho e na academia, o matador da mulher era visto com complacência, compaixão, não sendo raros os casos de absolvição. Os ecos desta relação tem continuidade na pouca atenção dada aos casos de violência doméstica contra as mulheres, mas evidentemente também afetam as relações de trabalho. De fato, manter as mulheres em cargos subalternos ou em funções menores no mercado de trabalho é também uma manifestação de poder de uma sociedade cujos traços marcantes envolvem uma estrutura patriarcal e violenta.

Neste sentido, as desigualdades profissionais entre homens e mulheres, a diferenciação de papéis, atividades e funções no espaço profissional, atendem e reforçam as noções de virilidade ligadas ao domínio e a uma pretensa superioridade masculina. Seu impacto não se observa somente no âmbito individual – a vida cotidiana, a carreira e as pretensões salariais das profissionais de jornalismo - mas implicam também em ameaças para o bem-estar, para segurança pessoal e para o respeito aos seus direitos.

Presente em diferentes atividades profissionais, essa relação tem seu ápice justamente nas relações de poder que envolve o próprio jornalismo. Ao dar visibilidade a uma mulher jornalista, ao atribuir a ela uma capacidade de crítica social ou de interferir na opinião pública e em outros aspectos determinantes da sociedade, abre-se espaço para o questionamento das relações de poder (homem/mulher). No entanto, ao estudarmos essa visibilidade, vemos que ela foi construída prioritariamente por meio das exceções ou situações especiais – na qual a mulher jornalista obtém destaque por possuir *dons* ou

qualidades, ou mesmo por estar inseridas em situação excepcionais que a levam para além do jornalismo; ou torna necessária a sua compreensão como algo fora do padrão.

A situação da mulher jornalista por ela mesma, o tensionamento das questões que envolvem sua relação trabalho versus família, desejos e expectativas, preconceitos e obstáculos a serem vencidos no dia a dia da redação jornalística não têm o destaque necessário, são invisíveis ou naturalizados como algo tão corriqueiro que não merece ser abordado/estudado. Essa relação exemplifica, entre outros aspectos, porque a questão do assédio, e particularmente do assédio sexual a mulheres jornalistas, é ignorada nos estudos sobre comunicação. Neste sentido, não apenas urge expor essas relações como entender que essas ações transpõem a barreira do interesse sexual: são uma forma de expor poder ou capacidade de dominação/controlar daqueles que se sentem mais fortes sobre os que consideram mais fracos.

Mesmo as mulheres que não se sentem subjugadas, mas que reconhecem que outras possam ser, relutam em reconhecer a dominação masculina, talvez porque o reconhecimento as levaria a um conflito com a idealização do próprio jornalismo e a uma autodesvalorização. Um aspecto que pode ser estendido a outras profissões e atividades.

Ignorar essas questões nos debates sobre mercado de trabalho e mesmo nos estudos sobre jornalismo, por sua vez, senão uma convivência, pelo menos uma negação ou complacência com a continuidade de uma relação que, na direção contrária de mudanças sociais e culturais consideráveis, ainda se infiltra nas relações sociais.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, LAURENCE. **Análise de conteúdo**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- BRITO, Priscilla Caroline de S. **Primavera feminista: a internet e as manifestações de mulheres em 2015 no rio de janeiro**. Disponível em http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499450296_ARQUIVO_PrimaveraFeminista-ainterneteasmanifestacoesdemulheresem2015noRiodeJaneiro-FazendoGenero.pdf. Acesso em 18 de jan. 2018.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- LEITE, Aline Tereza Borghi. **Profissionais da mídia em São Paulo: um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. 2015.

LEVANON, Assaf; ENGLAND, Paula; ALLISON, P. Occupational Feminization and Pay: Assessing Causal Dynamics Using 1950–2000 U.S. Census Data. In: **Social Forces**, 2009, v. 88 (2). Disponível em <https://academic.oup.com/sf/article-abstract/88/2/865/2235342>>. Acesso em 10 jan. 2018.

MARQUES DE MELO, José. **Historia do Jornalismo**: Itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus 2012.

MIGUEL, Luís Felipe. O jornalismo como *sistema perito*. **Tempo Social**. Rev. Sociologia USP, São Paulo, 11(1), 197- 208. Maio 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0103-20701999000100011&pid=S0103-20701999000100011&pdf_path=ts/v11n1/v11n1a11.pdf&lang=pt> Acesso em 1 out. 2016.

ORTEGA, Félix; HUMANES, M^a Luisa. **Algo más que periodistas** Sociología de una profesión. Barcelona (Espanha): Ariel, 2000.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA , Heloísa e SZWAKO, José Eduardo (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. P. 116 – 148.

ROCHA, Paula Melani. Mulher jornalista: relações familiares e profissionais. **Comunicación e Cidadanía: Revista Internacional de Jornalismo Social**, n. 1, p. 119-134, 2007. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2542864>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Desigualdade de gênero no Jornalismo**. Distrito Federal, 22 Set. 2017. Disponível em <http://www.sjpdf.org.br/images/Pesquisa_Desigualdade_de_G%C3%AAAnero_no_Jornalismo_-_Resultados.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. I volume. Florianópolis: Insular, 2004.